



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL**  
**CÂMARA DOS VEREADORES DE OEIRAS DO PARÁ**  
CNPJ 07.228.952/0001-06 – Insc. Est. Isento – E-mail: [camaraoeiras715@gmail.com](mailto:camaraoeiras715@gmail.com)  
Rua Prefeito Artêmio Araújo, 715 – CENTRO – CEP: 68470-000 – Oeiras do Pará – PA

**JUSTIFICATIVA PARA ADERIR À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

A Câmara Municipal de Oeiras do Pará requereu a autorização dos procedimentos internos para ulterior processo licitatório para *“Adesão parcial à Ata de Registro de Preços, oriunda do Pregão ELETRONICO nº 017/2022 realizado pela Prefeitura Municipal de Chaves, no estado do Pará, cujo OBJETO é a futura e eventual aquisição de equipamentos e materiais permanentes”*.

A demanda fora encaminhada ao Departamento de Compras para fins de elaboração de pesquisa de mercado a resultar em um orçamento estimado em planilha.

Verificada a pesquisa, constatou-se que há maior vantajosidade nos preços indicados na *Ata de Registro de Preços, oriunda Do Pregão Eletrônico nº 017/2022 realizado Prefeitura Municipal de Chaves/PA*. Além disto, em observação às cláusulas e condições do termo de referência que ensejou aquele processo, analisou-se que há compatibilidade entre as condições registradas.

Neste sentido, justifica-se que a adesão como órgão carona à ata em comento indica maior vantajosidade e economicidade para a Câmara Municipal de Oeiras do Pará/PA. Para elucidar o funcionamento do sistema de registro de preços o jurista Marçal Justen Filho esclarece:

“O SRP consiste em um contrato normativo, resultante de um procedimento licitatório específico. Estabelece regras vinculantes para a Administração Pública e um particular relativamente a contratações futuras, em condições predeterminadas. Não é gerada obrigação de contratar, mas o Poder Público está vinculado pelos termos do resultado da licitação. Deve respeitar as condições ali previstas e assume uma pluralidade de obrigações (JUSTEN FILHO, 2016)”.

O registro de preços tem por escopo tornar apta diversas contratações concomitantes ou sucessivas, sem que seja necessário realizar um procedimento unitário para cada item, trazendo mais agilidade para a contratação e, evitando a formação de estoque, o que não é algo vantajoso para a administração pública, especialmente se tratando de bens que podem perecer ou se deteriorar.

Segundo a Lei nº 8.666/1993, encontra amparo no artigo 15º, a partir do parágrafo 1º, até o 5º e de acordo com o artigo 15º §3 da referida lei este Sistema deve ser regulamentado por Decreto.



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL**  
**CÂMARA DOS VEREADORES DE OEIRAS DO PARÁ**

CNPJ 07.228.952/0001-06 – Insc. Est. Isento – E-mail: [camaraoeiras715@gmail.com](mailto:camaraoeiras715@gmail.com)  
Rua Prefeito Artêmio Araújo, 715 – CENTRO – CEP: 68470-000 – Oeiras do Pará – PA

No âmbito da União foi editado o Decreto 7.892 de 23 de janeiro de 2013. A previsão para a utilização do sistema de registro de preço está elencada no artigo 3º do Decreto 7.892/2013, em que prevê as seguintes hipóteses:

- ✓ Quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;
- ✓ Quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;
- ✓ Quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou
- ✓ Quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela administração.

Importante salientar que para fins de adesão os quantitativos deverão ser adequados em até 50% aos registrados na Ata, pois nos termos da lei o órgão carona somente pode aderir até este limite, logo serão contratados em conformidade com a planilha em anexo.

Portanto diante de todos os fundamentos já citados nesta justificativa, bem como a considerar as observações do parágrafo anterior, justifico e autorizo a Comissão Permanente de Licitação a fazer os procedimentos para realização de processo, cujo objeto trata-se de: ***“Adesão parcial à Ata de Registro de Preços, oriunda do Pregão ELETRONICO nº 017/2022 realizado pela Prefeitura Municipal de Chaves, no estado do Pará, cujo OBJETO é a futura e eventual aquisição de equipamentos e materiais permanentes.”***

Oeiras do Pará/Pa, 19 de abril de 2023

Josiel de Jesus Araujo Maciel  
Presidente da Câmara Municipal de Oeiras do Pará